

GUARDA MUNICIPAL
PROVA DE CONHECIMENTOS GERAIS

Leia o texto e responda às questões a seguir:

A Princesa e a Rã

Luís Fernando Veríssimo

Era uma vez... numa terra muito distante... uma princesa linda, independente e cheia de **autoestima**.

Ela se deparou com uma rã enquanto contemplava a natureza e pensava em como o maravilhoso lago do seu castelo era relaxante e ecológico... Então, a rã pulou para o seu colo e disse: linda princesa, eu já fui um príncipe muito bonito.

Uma bruxa má lançou-me um encanto e transformei-me nesta rã asquerosa. Um beijo teu, no entanto, há de me transformar de novo num belo príncipe e poderemos casar e constituir lar feliz no teu lindo castelo. A tua mãe poderia vir morar conosco e tu poderias preparar o meu jantar, lavar as minhas roupas, criar os nossos filhos e seríamos felizes para sempre... Naquela noite, enquanto saboreava pernas de rã sauté, acompanhadas de um cremoso molho acebolado e de um finíssimo vinho branco, a princesa sorria, pensando consigo mesma: - Eu, hein?... nem morta!

1. De acordo com as características predominantes deste texto, podemos classificá-lo como:

- a) jornalístico e injuntivo
b) argumentativo e descritivo
c) humorístico e jornalístico
d) narrativo e humorístico

2. Sobre o texto, é possível AFIRMAR:

I- O autor quebra a expectativa do leitor ao escrever um final diferente daquele que seria o esperado para um conto de fada tradicional

II- No texto não há nenhum tipo de crítica à ideia de casamento e ao relacionamento “romântico”, de modo geral

III- Ela não desejava se casar com o príncipe porque já estava comprometida em outro relacionamento

Assinale a alternativa CORRETA:

- a) As afirmativas II e III estão corretas.
b) Apenas a afirmativa III está correta.
c) Apenas a afirmativa I está correta.
d) Todas as afirmativas estão incorretas.

3. Em relação à palavra autoestima, presente na primeira frase, podemos AFIRMAR que:

- a) Está grafada de forma incorreta pois, diante de uma vogal no segundo termo da construção, há sempre a necessidade de colocar um hífen (auto-estima).

b) Está grafada de maneira correta pois, de acordo com o Acordo Ortográfico vigente, não se usa o hífen se o prefixo terminar com letra diferente daquela com que se inicia a outra palavra.

c) Está grafada de forma incorreta, já que é obrigatório o hífen em palavras com o prefixo *auto-*.

d) Está grafada de maneira correta, pois, nesse caso, o uso do hífen é facultativo e a palavra pode ser escrita das duas maneiras (autoestima e auto-estima), de acordo com o código ortográfico vigente.

4. A expressão “- Eu, hein?... nem morta!”, proferida pela princesa no final do texto, pode se referir à seguinte situação implícita na narrativa:

a) A ideia de que, com o possível casamento, a protagonista teria que abrir mão da sua independência e se dedicar exclusivamente ao marido e aos filhos.

b) O ato “repugnante” de ter que beijar uma rã.

c) A princesa não queria quebrar o encanto do príncipe porque não queria contrariar a bruxa que lhe havia lançado o feitiço.

d) A princesa não desejava que o príncipe fosse morar no seu castelo.

5. Assinale a alternativa que preenche corretamente os espaços da seguinte frase: “O governador também compareceu ao _____ do pianista _____ pois era uma _____ beneficente.”

a) concerto - eminente - sessão

b) concerto - iminente - secção

c) concerto - iminente - seção

d) concerto - eminente - sessão

Leia a tirinha a seguir e responda às questões a seguir:

Texto 2



6. Sobre a frase “Que raridade, Mafalda!”, é possível AFIRMAR que:

a) Sintaticamente, o termo “Que raridade” funciona como aposto.

b) Na frase, o nome “Mafalda!” desempenha a função de vocativo.

c) O termo “Mafalda” atua na frase como um predicativo do sujeito.

d) A frase inteira pode ser considerada como uma interjeição

7. A expressão “De vez em quando” poderia ser substituída também por expressões como:

- a) Nunca/ não obstante/ ademais.
- b) Às vezes/ quase sempre/ frequentemente.
- c) Às vezes/ em algumas ocasiões/ eventualmente.**
- d) Quase sempre/ repetidamente/jamais.

8. Sobre os textos 1 (A Princesa e a Rã) e 2 (Tirinha da Mafalda), é possível AFIRMAR:

- a) São totalmente desconexos porque abrangem temas completamente diferentes.
- b) Ambos criticam a postura arrogante da mulher na sociedade contemporânea.
- c) Não é possível fazer nenhum tipo de relação entre os textos porque são de autores e épocas distintas, além de se apresentarem em um suporte diverso (uma imagem e um texto).
- d) Ambos evidenciam, de maneira bem-humorada, a evolução do papel feminino ao longo dos tempos e a descoberta de outras possibilidades pessoais e profissionais da mulher para além do casamento.**

9. NULA

10. As formas femininas das palavras “Monge”, “Duque”, “Papa” e “Tigre” são, respectivamente:

- a) monja – duquesa – papisa – tigresa**
- b) freira – duqueza – papiza – tigressa
- c) monga – duquesa – papiza – tigresa
- d) monja – duqueza – papissa – tigresa

11. O ambiente do sistema operacional Windows 7 que fornece um conjunto de ferramentas administrativas com finalidades especiais que podem ser usadas para configurar o próprio Windows, aplicativos e ambientes de serviços, chamamos de:

- a) Painel de Sistemas.
- b) Painel de Controle.**
- c) Barra de exibição.
- d) Barra de Ferramentas.

12. Para sublinhar um texto selecionado utilizando-se o editor de textos Microsoft Office Word 2003, na sua configuração padrão, utilizamos a combinação de teclas:

- a) CTRL + Z
- b) CTRL + T
- c) CTRL + S**
- d) CTRL + L

13. No software Word 2010 BR, ao pressionarmos a tecla F1 temos como objetivo:

- a) mostrar na tela a janela de Ajuda do Word.**
- b) Sublinhar o texto completo.
- c) diminuir tamanho da fonte aplicada a um texto.
- d) Apagar todo o texto.

14. No aplicativo Microsoft Office Word 2010 (configuração padrão) idioma padrão Português do Brasil, para recortar é utilizado o atalho:

- a) CTRL + Z
- b) CTRL + T
- c) CTRL + X**
- d) CTRL + L

15. São Princípios da Administração Pública:

- a) Legalidade e Impessoalidade
- b) Moralidade e Publicidade
- c) Eficiência e Impessoalidade
- d) Todas estão corretas**

16. A _____ está no alicerce do Estado de Direito, no princípio da autonomia da vontade. Baseia-se no pressuposto de que tudo o que não é proibido, é permitido por lei. Mas o administrador público deve fazer as coisas sob a regência da lei imposta. Portanto, só pode fazer o que a lei lhe autoriza.

- a) Legalidade**
- b) Razoabilidade
- c) Igualdade
- d) Publicidade

17. Foi publicada no começo de junho/2014 a Lei nº 12.990/14, que reserva 20% das vagas dos concursos do Poder Executivo federal e de sua respectiva Administração Indireta (autarquias, empresas públicas, sociedades de economia mista e fundações) para candidatos negros, sempre que o número de cargos oferecidos for igual ou superior a três. Vale destacar que, por ora, a lei não alcança os concursos do Poder Legislativo, do Poder Judiciário e os certames estaduais e municipais. A tendência, todavia, é a expansão dessa política para as demais esferas da Federação. O sistema de cotas hoje é adotado para:

- a) Universidades Estaduais
- b) Universidades Federais**
- c) Todas as Universidades
- d) Nenhuma alternativa é correta

18. O ebola é uma doença grave, que mata em 90% dos casos, e para a qual não existe tratamento. Sua contaminação acontece:

- a) Surtos costumam começar quando um humano entra em contato com fluidos de um animal contaminado.
- b) Os principais animais transmissores do vírus são macacos, gorilas e chimpanzés.
- c) O vírus se espalha por meio do contato com sangue, secreções e fluidos corporais de pessoas contaminadas, inclusive no ambiente, como em lençóis, roupas e agulhas.
- d) Todas as alternativas estão corretas.**

19. Durante a Copa do Mundo 2014, um time teve 12 pênaltis a seu favor. Sabendo que a razão do número de acertos para o total de pênaltis foi de $\frac{3}{4}$, quantos pênaltis foram convertidos em gol por essa equipe?

- a) 7
- b) 8
- c) 9**

d) 10

20. Não sabemos a distancia entre a casa de Gledson e a casa de Rafael. Sabemos que *37,5% dessa distância correspondem a 600 m. Qual a distância* entre a casa de Gledson e Rafael?

a) 1.900m

b) 1.800m

c) 1.700m

d) 1.600m

PROVA DE CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

21. Poder conferido à Administração para apurar infrações e aplicar penalidades funcionais a seus agentes e demais pessoas sujeitas à disciplina administrativa:

a) Hierárquico. b) Discricionário. **c) Disciplinar.** d) Vinculado.

22. Conforme preconiza o princípio da publicidade, é necessária a divulgação oficial dos atos da Administração para a ciência do público em geral, com efeito de iniciar a sua atuação externa, ou seja, de gerar efeitos jurídicos.

Porém, há casos em que a publicidade dos atos administrativos sofrem exceções, citados **CORRETAMENTE** na alternativa:

a) Nos casos de ressarcimento ao erário, nos casos de ação penal e nos casos dos atos internos da administração pública.

b) Nos casos de segurança particular, nos casos de ação penal e nos casos dos atos internos da administração pública.

c) Nos casos de segurança nacional, nos casos de investigação policial e nos casos de danos ao interesse público.

d) Nos casos de segurança nacional, nos casos de investigação policial e nos casos dos atos internos da administração pública.

23. São estáveis após três anos de efetivo exercício os servidores nomeados para cargo de provimento efetivo em virtude de concurso público.

O servidor público estável só perderá o cargo:

I - Em virtude de sentença judicial transitada em julgado.

II - Mediante processo administrativo em que seja considerado culpado.

- a) Primazia de receber proteção e socorro em algumas circunstâncias.
- b) Procedência de atendimento nos serviços públicos ou de relevância pública.
- c) Preferência na formulação e na execução das políticas sociais públicas.**
- d) Destinação privilegiada de recursos públicos nas áreas relacionadas com a proteção à criança e ao adolescente.

31. Os casos de suspeita ou confirmação de castigo físico, de tratamento cruel ou degradante e de maus-tratos contra criança ou adolescente serão obrigatoriamente comunicados:

- a) Ao Ministério Público da respectiva localidade, sem prejuízo de outras providências legais.
- b) A polícia militar da respectiva localidade, sem prejuízo de outras providências legais.
- c) ao conselho da criança e do adolescente da respectiva localidade, sem prejuízo de outras providências legais.
- d) Ao Conselho Tutelar da respectiva localidade, sem prejuízo de outras providências legais.**

32. São princípios do Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas – SISNAD, EXCETO:

- a) Promover a construção e a socialização do conhecimento sobre drogas no país.**
- b) O respeito aos direitos fundamentais da pessoa humana, especialmente quanto à sua autonomia e à sua liberdade.
- c) O respeito à diversidade e às especificidades populacionais existentes.
- d) O reconhecimento da intersetorialidade dos fatores correlacionados com o uso indevido de drogas, com a sua produção não autorizada e o seu tráfico ilícito.

33. Art. 15 do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) “A criança e o adolescente têm direito à liberdade, ao respeito e à dignidade como pessoas humanas em processo de desenvolvimento e como sujeitos de direitos civis, humanos e sociais garantidos na Constituição e nas leis.”

O direito à liberdade compreende:

- a) Ir, vir e estar nos logradouros públicos e espaços comunitários, sem restrição alguma.
- b) Participar da vida familiar e comunitária se a família for bem estruturada.
- c) Buscar refúgio, auxílio e orientação aos órgãos de defesa e proteção da criança e do adolescente.
- d) Participar da vida política, na forma da lei.**

34. Constituem atividades de prevenção do uso indevido de drogas, aquelas direcionadas para a redução dos fatores de vulnerabilidade e risco e para a promoção e o fortalecimento dos fatores de proteção.

As atividades de prevenção do uso indevido de drogas dirigidas à criança e ao adolescente deverão estar em consonância com as diretrizes emanadas pelo:

- a) Conselho Tutelar.
- b) Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - Conanda.**
- c) Conselho Nacional de Políticas Sobre Drogas (CONAD).
- d) Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

35. A licença prévia da autoridade competente para produzir, extrair, fabricar, transformar, preparar, possuir, manter em depósito, importar, exportar, reexportar, remeter, transportar, expor, oferecer, vender, comprar, trocar, ceder ou adquirir, para qualquer fim, drogas ou matéria-prima destinada à sua preparação é considerada:

- a) Indispensável.**
- b) Necessária.
- c) Supérflua.
- d) Recomendada.

36. A criança e o adolescente têm o direito de ser educados e cuidados sem o uso de castigo físico ou de tratamento cruel ou degradante, como formas de correção, disciplina, educação ou qualquer outro pretexto, pelos pais, pelos integrantes da família ampliada, pelos responsáveis, pelos agentes públicos executores de medidas socioeducativas ou por qualquer pessoa encarregada de cuidar deles, tratá-los, educá-los ou protegê-los.

Considera-se castigo físico a ação de natureza disciplinar ou punitiva aplicada com o uso da força física sobre a criança ou o adolescente que resulte em:

- a) humilhação. b) ameaça grave. c) ridicularização. **d) sofrimento físico.**

37. Ao adolescente empregado, aprendiz, em regime familiar de trabalho, aluno de escola técnica, assistido em entidade governamental ou não-governamental, é vedado trabalho:

a) Diurno, realizado entre as oito e cinco horas do dia.

b) Perigoso, insalubre ou penoso.

c) Realizado em locais favoráveis à sua formação e ao seu desenvolvimento físico, psíquico, moral e social.

d) Realizado em horários e locais que permitam a frequência à escola.

38. Conforme a Constituição Federal, Art. 144. A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através dos seguintes órgãos:

I - polícia federal.

II - polícia rodoviária federal.

III - polícia ferroviária federal.

IV - polícias civis.

V - polícias militares e corpos de bombeiros militares.

Estão CORRETOS:

a) I, II e IV.

b) II, III e V.

c) II, III, IV e V.

d) I, II, III, IV e V.

39. É considerado crime contra a administração pública, modificar ou alterar, o funcionário, sistema de informações ou programa de informática sem autorização ou solicitação de autoridade competente, sendo as penas aumentadas de um terço até a metade se da modificação ou alteração resulta dano para a:

a) A população.

b) A administração Pública ou para o administrado.

c) A instituição em que trabalha.

d) O usuário do serviço público.

40. Art. 98. do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA): As medidas de proteção à criança e ao adolescente são aplicáveis sempre que os direitos reconhecidos nesta Lei forem ameaçados ou violados:

I - por ação ou omissão da sociedade ou do Estado.

II - por falta, omissão ou abuso dos pais ou responsável.

III - em razão de sua conduta.

Estão CORRETAS:

a) I e II.

b) I e III.

c) II e III.

d) I, II e III.